

1 **SESSÃO PLENÁRIA Nº 308**

2 Dia:09 de agosto de 2023.

3 Horário:09h

4 Local: Casa dos Conselhos

5 **Ata nº 308**

6
7 **Conselheiros Presentes:** João Pedro Nacif Baraillon-PROGEM; Bruna Sviercowski-Secretaria de Saúde; Rita
8 de Cassia Lang-Secretaria de Educação; Verinha Albano de Liz-Secretaria de Educação; Danielle Angeli-
9 Secretaria de Política para a Mulher; Bernadete Aparecida Casa Liston -Secretaria de Assistência Social;
10 Jamile Araújo Yared- Secretaria de Assistência Social; Claudia Geremia- Secretaria de Assistência Social;
11 Charles Andrade Medeiros-Secretaria de Assistência Social; Luís Felipe Stancke- Fórum Municipal de
12 Trabalhadores do SUAS; Francielle Cruz de Souza-APAS; Maria Aparecida da Fonseca-Cáritas Diocesana
13 de Lages; Domingos Pereira Rodrigues- Cáritas Diocesana de Lages; Caren Aparecida Oliveira da Silva-
14 APAE; Barbara Varela-CIEE; Elloah Dessana Cruz-Fundação Carlos Joffre do Amaral.

15
16 **Ouvintes:**

17
18 **Justificativa de Ausência:** Huan Ícaro Piran- Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS; Karla de Fátima
19 Rodrigues-Secretaria de Serviços Públicos e Meio Ambiente; Volsiu Waltrick-Secretaria de Planejamento
20 e Mobilidade Urbana; Maria Auxiliadora Guedes-usuária da política.

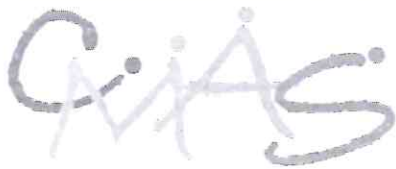
21
22
23
24 **Pauta:** Abertura; Aprovação da pauta; Aprovação da ata nº 307; Correspondências recebidas e expedidas;
25 Avaliação do Plano de Trabalho do Conselho; Trabalho das comissões; Agenda livre.

26
27 **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, com início às
28 nove horas, de forma presencial, realizou-se a plenária do mês de agosto. A presidente coloca em
29 aprovação a pauta. Aprovada a pauta. Aprovada a ata nº 307. Segue-se com as Correspondências
30 recebidas: e-mail do relatório da Portaria nº 886.Avaliação da empresa de assessoria referente a
31 Conferência. Correspondências expedidas: Não houve.Trabalho das comissões: A comissão em análise ao
32 Demonstrativo Financeiro do Fundo de Assistência Social do 2º trimestre/2023, vem solicitar
33 esclarecimentos: Empenho nº724- aquisição de alimentos não perecíveis, da Alta Complexidade, sendo
34 que o fornecedor é a Empresa Sulmedic-comércio de medicações. Empenho nº725,726,727,728,729-
35 aquisição de gêneros alimentícios. Devido a compra ocorrer várias vezes, são sempre com fornecedores
36 diferentes? Empenho nº 957-aquisição de bebedouro para o SAICA II(dot.15),958-aquisição de um forno
37 para o CRAS I(dot.10),959-liquidificador industrial para os CRAS(dot.10),960-aquisição de bateira
38 industrial para CRAS IV(dot.10),765-passagem aérea para palestrante residente em Natal/RN(dot.20),
39 para qual serviço foi custeado. Quais são as dotações 10,15 e 20?;Empenhos nº
40 1258,1259,1291,1302,1374-referente a auxílios natalidade, saiu da dotação nº 9(básica), não é com
41 recurso estadual? Empenho nº 1271-locação de imóvel destinado ao SAICA II, sendo a 12ª parcela, são
42 quantas parcelas no total? Empenho nº 1275, pagamento de energia elétrica onde seria a nova casa do
43 CadÚnico, sendo a fatura final. Quantas faturas foram pagas? Empenho nº 1281,1282 e 1283-aquisição
44 de medicamentos para os acolhidos do SAICA II. Existe convênio com a farmácia, qual a forma? Empenho
45 nº 1346-pagamento do vale transporte para servidores da secretaria, saiu do recurso próprio, está



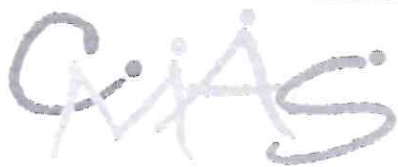
46 correto? Empenho nº 1352-contratação de empresa para gestão da plataforma do sistema eletrônico,
47 utilizado pela Secretaria de Assistência Social(2ªparcela) -troca de despesa conforme orientação do
48 secretário de Administração. Qual a orientação e porque foi pago com recurso da Básica? Empenho
49 nº1362-aquisição de tenda gazebo para o SAICA II(dot.15), que dotação é essa? Empenho nº1190-
50 aquisição de 06 pares de botina para a equipe de manutenção, porque utilizou-se recursos da básica?
51 Empenho nº 1230- pagamento de serviço de 24 pontos de fibra óptica da SMAS, conforme aprovação do
52 conselho-foi custeado com recurso da Alta, está no rateio de cada diretoria? Empenho nº1943-serviço de
53 locação de brinquedos para uso na ação do PROCAD, foi pago com recursos da Básica. Deve ser com este
54 recurso ou do CadÚnico? Empenho nº1445 e 1460-pagamento de profissional para realizar pintura facial
55 nas ações do PROCAD- foi pago com recursos da Básica. Deve ser com este recurso ou do CadÚnico?
56 Empenho nº1464-serviço de apresentação teatral para crianças, nas ações do foi pago com recursos da
57 Básica. Deve ser com este recurso ou do CadÚnico? Empenho nº 1466-pagamento de locação de
58 softwares, tal despesa foi rateada conforme aprovação do conselho e pago pela Alta Complexidade. Está
59 no rateio de cada diretoria.
60 Empenhos nº1489,1492,1493,1494,1495,1496,1497,1498,1502,1504,1507,1509,1511,1514 pagos com
61 dotação nº 24, que dotação é esta? Empenho nº 1505-aquisição de 70 caixas de bombons(próprio) para
62 confraternização dos funcionários que trabalharam na mudança do novo almoxarifado. Detalhar o fato.
63 A comissão identificou que neste trimestre tiveram novas dotações que devem ser informadas e sugere
64 que o relatório seja separado por dotação, de forma a facilitar a análise. Aprovado a parecer da comissão
65 e será encaminhado ofício para Gestão com os questionamentos. **Parecer:** Revisão da comissão
66 permanente de benefícios e transferência de renda. A comissão de Estudo, Justiça e Pesquisa em análise
67 a resolução nº 001/2012/CMAS sugere que se mantenha as representações, com complemento as
68 representações da sociedade civil. Sugere que sejam duas resoluções, sendo a primeira normativa e a
69 outra operativa das representações. Caso exista legislação nova, atualizar. Bernadete sinaliza que a
70 comissão pode ser estendida além dos conselheiros, ter outros representantes como do PETI, Ministério
71 do Trabalho, CEREST, é uma comissão dentro do CMAS, que presta contas ao conselho. É importante fazer
72 o ofício solicitando os representantes, explicando o que é a comissão. Ocorre uma interlocução das três
73 políticas, os índices são monitorados e o município recebe os recursos. Rita diz que no ofício é importante
74 constar o objetivo da comissão. Jamile pergunta sobre a paridade, Bernadete disse que nunca teve
75 paridade, pois essa comissão traz subsídios para o CMAS, as decisões são tomadas aqui pelo conselho,
76 não precisa necessariamente ter paridade. Desta forma a presidente coloca em aprovação a composição
77 da Comissão Permanente de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, que fica assim
78 constituída: Representantes Governamentais: 1-Secretaria Municipal de Assistência Social; 2-Secretaria
79 Municipal de Educação;3-Secretaria Municipal de Saúde;4-Procuradoria Geral do Município.
80 Representantes da Sociedade Civil:1-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-
81 CMDCA (representantes da sociedade civil);2-Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional-
82 CONSEA; 3-Conselho Municipal do Idoso-COMID; 4-Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com
83 Deficiência-COMPED; 5-Conselho Municipal da Igualdade Racial-COMPIR;6-2(dois) representantes de
84 usuários;1 representante do PETI;1 representante do BPC;1 representante da Equipe de Referência;1
85 representante da Vigilância Socioassistencial;1 representante do Ministério do Trabalho e 1
86 representante do CEREST. Aprovada a composição e será encaminhado ofícios solicitando as nomeações.
87 Parecer do Demonstrativo Financeiro do Fundo do 2º trimestre/2023. Claudia fez esclarecimentos breves
88 que serão respondidos por ofício, mediante os questionamentos da comissão. Um destes esclarecimentos
89 refere-se a medicamentos. Ela esclarece que na gestão anterior, foi pactuado que a secretaria de saúde
90 repassava R\$ 4 mil reais/mês para uma conta particular do Diretor de Alta Complexidade, para aquisição
91 de medicação que o SUS não disponibiliza, para crianças dos SAICAS. Esse recurso é próprio da Saúde e





92 ele prestava conta para saúde através de empenho. Isso é ilegal, fizemos uma reunião e foi aberta uma
93 conta específica na Assistência Social, a Saúde repassa para a Assistência Social, temos parceria com duas
94 farmácias (Juliana e Dayane), pois não é possível licitar. Como alguns medicamentos não tem pelo SUS e
95 é uma urgência para as crianças dos SAICAs, é feita retirada destes medicamentos, não temos dotação
96 para adquirir. Danielle comenta que vivenciou este fato, era depositado na conta dela e a mesma prestava
97 contas conforme utilizava na Casa de Apoio a Mulher Vítima de Violência. São situações que acontecem
98 na madrugada e fins de semana. Claudia fala da transparência, não é todo mês que usamos, vai
99 juntamente com a receita a explicação. Bruna diz que quando não tem a medicação pelo SUS, informamos
100 e assinamos. Esclarece que a Secretaria de Saúde não pode comprar medicação que não está na lista do
101 SUS, foi repassado os nomes das pessoas e contas pessoais, questionamos a forma, se não daria para
102 passar da Administração direto para a Assistência, foi dito que não era possível. A presidente sinaliza que
103 deveria ter uma discussão no conselho de saúde também. Bruna esclarece que é recurso próprio, sai da
104 dotação da saúde. A forma de fazer deve ser consultada, diz Jamile. Ela faz memória que quando estava
105 na diretoria de Alta Complexidade, existia a parceria com farmácias 24h, o custo era pago no final do mês,
106 não entrava em nenhuma conta, acredita ser preciso uma justificativa e ampliar o diálogo com a Saúde.
107 Bernadete disse que essa foi a forma encontrada, mas que tem dúvidas em relação a essa conta, poia a
108 nossa dotação é toda da Assistência, esclarece ela. Os conselheiros sugerem que a gestão faça uma
109 consulta ao TCE, tanto para medicação de crianças e adolescente, quanto para adultos em acolhimento.
110 Aprovado o encaminhamento. Claudia traz informações sobre uma orientação do Tribunal de Contas,
111 referente a emendas de custeio e investimento, que à partir de agora será possível repassar direto para
112 as OSC's, sem licitar. Tínhamos certa dificuldade pois às vezes as licitações davam desertas. Da Comissão
113 de monitoramento: A comissão em visita ao Lar dos Idosos-SASEADLA foi recebida pelo Diretor Daniel e a
114 coordenadora Hellen. Após a inauguração da ala nova, mudará o nome da instituição, que será Lar Bela
115 Vista. Comentou-se dos recursos que já receberam, do Fundo do idoso e projetos do Santander. Também
116 da colaboração das famílias dos acolhidos que possuem condições financeiras e de emendas
117 parlamentares. Atualmente tem 32 vagas e com a ampliação passará para 50 vagas. Da parceria com o
118 município, disponibilizam 10 vagas. Desenvolvem a profissionalização dos colaboradores, pretendem
119 padronizar cada área para que o trabalhador que inicia no setor, siga os protocolos previstos. Os
120 profissionais são CLT e os demais profissionais liberal-autônomo, atualmente tem 1 enfermeiro e 8
121 cuidadores. Pretendem contratar mais 2 enfermeiros, a nutricionista faz 20h e os demais profissionais
122 16h. Para fazer parte da associação o mínimo de contribuição é R\$10,00, deixam cofrinhos nos espaços
123 públicos. Informam sobre as visitas que serão padronizadas, de 2ª a sábado e a proposta é no domingo
124 os familiares levarem os idosos para casa ou outros espaços, como praças. Referente a infraestrutura
125 observou-se que a ampliação e reformas que proporcionam melhor qualidade de vida aos idosos, com
126 ambientes acolhedores, conforto e segurança aos acolhidos. Claudia faz questionamento que na época a
127 ALTERI cobrava um valor, era entidade beneficente, tinha CEBAS, então a cobrança não pode existir. Mas
128 é a Associação do Lar, disse a secretária executiva. Jamile sinaliza que é preciso ver quem são os
129 associados, tem estatuto em que os associados podem contribuir, porém os associados não podem ser os
130 idosos. Charles disse que Daniel explicou que as pessoas se associam e podem contribuir voluntariamente,
131 a associação mantém o Lar. Jamile disse que é preciso ver o estatuto. Bernadete faz reflexão sobre as 3
132 ILPI's do município, que são beneficentes, tem CEBAS, são isentas da cota patronal dos trabalhadores, em
133 relação a todos os trabalhadores e vendem vagas. Cita um caso de um idoso, que veio judicialmente, em
134 que teremos que encaminhá-lo e buscar vaga. Todos as casas estão lotadas, teríamos que aditivar o
135 convênio para a compra da vaga. Como não tem vaga fica o meu questionamento, fomos visitar uma
136 acolhimento em Correia Pinto, em que o valor é de R\$ 3.800,00. Visitamos e perguntei sobre a inscrição
137 no CMAS, como se constituíram. São privados, por isso pergunto como ficou a questão da certificação





138 atualmente, o que a legislação orienta. Como na Saúde há a gratuidade nos hospitais filantrópicos. Maria
139 sinaliza a dificuldade enorme com governo federal, na gestão anterior, no que se refere as certificações.
140 Comenta sobre uma capacitação em Florianópolis, em que afirmaram não tinham equipe suficiente para
141 ver as certificações, cita o processo da Irmandade que ficou parado, tudo muito enrolado. Diz que a
142 reflexão de Bernadete é não somente para as ILPI'S, o município pactua vagas, o valor é baixo, as OSC's
143 não podem cobrar pelo serviço ofertado dos usuários. A secretária executiva disse que há um tempo atrás,
144 já houve questionamento das pessoas se as ILPI's são públicas ou privadas. Bernadete comenta sobre as
145 vagas que Assistência Social compra, que há monitoramento, porém as demais vagas, quem fiscaliza e
146 monitora as vagas vendidas, como é a fila espera. Elloah disse que se preocupa que há uma única
147 administração para duas ILPI em Lages, atualmente. Bernadete comenta que havia uma vaga disponível
148 para uma idosa numa ILPI, as equipe estavam estudando qual dos 3 casos iriam priorizar, qual era mais
149 urgente. Ela reflete o que estamos vivendo, essa questão de idosos só vai piorar. Jamile disse que no setor
150 que atua, 70% dos casos que atende são de denúncias idosos, que estes dados foram apresentados ao
151 Conselho do Idoso, foi feito um levantamento da demanda reprimida e identifica que a situação vai piorar.
152 O setor fez sugestões, houve um debate, porém é crescente os números do Disque 100. Se não pensarmos
153 numa política que atenda essa demanda, as famílias não tem recurso, os idosos são negligenciados, ficam
154 sozinhos e a judicialização de vagas vai aumentar. Os familiares não conseguem arcar, pois o custo da
155 vaga é de R\$ 3 a 4 mil reais. Claudia sinaliza que dependendo da caracterização, podem perder o CEBAS. A
156 presidente diz que é preciso ver a legislação a nível nacional. Bernadete disse que a de Correia Pinto é
157 privada, o salário do idoso não fica com a casa, poderia ficar somente o 70%, conforme o Estatuto do
158 Idoso, só fica quando é judicial, se a pessoa é o curador. O atendimento era muito particularizado, um
159 ambiente familiar e percebeu-se bom contato com as famílias. Caren diz que nenhuma instituição pode
160 ficar com o cartão. Elloah comenta sobre o caso de institucionalização de um familiar, que não foi possível
161 identificar que o 30% do benefício ficava numa conta específica, como as ILPI's dizem. A secretária
162 executiva disse que deve ficar numa planilha separada e pode ser apresentado. Elloah disse que solicitou
163 um relatório do 30% e não teve acesso, pois acredita que se era para as demandas pessoais do idoso,
164 poderiam solicitar que eu mesma levava o que ele necessitava. Questiono a prestação de contas para a
165 família, finaliza ela. Domingos comenta que é preciso ver a orientação na legislação federal, pois
166 concedemos a inscrição como entidade de Assistência Social. Há uma demanda reprimida e faz-se
167 necessário uma capacitação para monitorar. Bernadete lembra que o CMAS tem gerência também sobre
168 as ILPI's, pois são inscritas neste conselho. Jamile aponta alterações na legislação do CEBAS, houve
169 revogação da legislação, é necessário estudar. Temos que ver o contexto, o serviço de acolhimento, qual
170 o custo do serviço, para entender o cálculo. A Per capita é de R\$ 632,00 mais o benefício do idoso, mais
171 isenção da cota patronal e também lembrar que tem idosos com mais de um salário. Maria faz um cálculo
172 de 32 leitos, 10 são para a parceria, no mínimo 50% para cota patronal. Jamile diz que é preciso fazer
173 cálculo, ver quantos trabalhadores tem, o somatório e ver o percentual de vagas disponíveis. As
174 instituições também recebem emendas com frequência, é recurso público também. Bernadete diz que
175 comprar vaga em Correia Pinto dificulta a convivência familiar, sendo que temos esse serviço no
176 município. Jamile aponta que é preciso pensar no serviço no domicílio para idosos, equipe especializada
177 de média e alta. Bernadete disse que a visita em Correia Pinto foi boa e veio cheia de interrogações, todo
178 início de ano tem a demandas da per capita, precisamos avaliar tudo isso. Claudia disse que a per capita é
179 uma questão administrativa interna da Prefeitura. Jamile reforça sobre um estudo para ver essa demanda,
180 qual o serviço, a real necessidade do município, se o serviço de república ou no domicílio. Domingos
181 sugere capacitação e analisar essa demanda. Bernadete disse que é uma tarefa para o conselho do idoso
182 e o de assistência. Comenta que o cuidado no domicílio vai além da equipe técnica, temos que estudar, é
183 complexo. Charles analisa como delicada essa questão, é complexa, é preciso tomar cuidado para que não





184 fique polarizada, devemos cuidar para não questionar as OSC, enquanto há negligência do estado em
185 relação as pessoas, é preciso responsabilizar o estado sobre as políticas públicas. As OSC's mesmo com
186 dificuldades vem fazendo, é necessário refletir sobre isso. Quando trabalhei na Vigilância passei a ter um
187 olhar diferente sobre as OSC, por exemplo, nunca gerimos uma ILPI para saber, é preciso ter cuidado, o
188 que seria das pessoas se não tivesse os atendimentos das OSC's. Precisamos discutir isso, a garantia do
189 direito do idoso é para todos, o estatuto é para todos. Desse ponto vista, sugiro dois encaminhamentos,
190 um é se apropriar, é preciso uma capacitação urgente para este conselho, outro são as vagas de
191 Acolhimento, onde temos que ver as normativas sobre as ILPI's e o estatuto do idoso. Também uma
192 reunião ampliada com os dois conselhos e a promotoria. É preciso ter cuidado para solucionar e não criar
193 novos problemas, prejudicando os idosos, vamos com cautela e conhecimento encontrar caminhos. Os
194 conselhos precisam de um diálogo com a cidade, sobre qual o objetivo em relação aos idosos, a situação
195 vai piorar, o IBGE já está mostrando as projeções com a pirâmide invertida. Faz-se necessário dialogar
196 com os candidatos no ano que vem, qual o plano de governo, para essa pauta, finaliza Charles. A
197 presidente diz que nós mesmos que vamos viver isso, é preciso um diálogo de aproximação e não de
198 apontar o dedo, o meu posicionamento quanto aos repasses é vergonhoso, é uma hipocrisia grande, o
199 município não oferta o serviço e o valor pago não é justo. Claudia faz reflexão que trabalhou direto com
200 as três ILPI's e avalia que eram mais flexíveis, tínhamos bom acesso, com clareza e transparência. Percebo
201 que foram se fechando, parece que há uma divisão na forma de atuar. Maria disse que concorda com os
202 posicionamentos, o valor pago é irrisório, mas o conselho é órgão do controle social e deve estar
203 acompanhando. Concordo com o Domingos sobre a capacitação para o conselho e também para os
204 trabalhadores, pois muitos não sabem o papel do conselho. É preciso nivelar os níveis de entendimento,
205 estar ciente dos recurso e a execução das ofertas. Nas visitas de monitoramento é para identificar isso,
206 avaliação do plano de trabalho da instituição. Jamile identifica que as OSC's são a rede privada do SUAS,
207 mas não tem a identidade SUAS, é preciso trabalhar isso, criar essa relação, esse vínculo SUAS. A questão
208 financeira é cruel, muitos não conseguem executar e tem fazer rifas e a demanda está cada vez maior,
209 afirma Jamile. Charles sinaliza que sente falta de um espaço inter conselhos, cada um com suas demandas,
210 mas há pautas que se conectam, estão interligados, esse fato releva fragmentação, é preciso
211 aproximação. Na sequência, a pauta de avaliação do plano de trabalho do conselho. Charles sinaliza a
212 urgência de capacitação para os dois conselhos, CMAS E COMID. A consulta sobre o CEBAS, a gestão vai
213 fazer. A presidente comenta sobre os Planos de ação e relatório atividades, se há possibilidade de fazer a
214 visita e análise juntos. Jamile sugere que quem analisa o plano faz a visita, as duas comissões se dividem
215 e visitam. Maria aponta a capacitação dos conselheiros como primordial, escolher o tema e qual o público.
216 Sugere que no próximo trabalho das comissões seja realizada uma proposta. Charles lembra que é preciso
217 ver o recurso, Claudia disse que o NUNEP tem R\$50 mil de emenda parlamentar para utilizar. Também
218 tem-se a meta de alterar a lei do conselho. Jamile lembra que no PPA deve constar as deliberações desta
219 conferência para pensar e estudar, mas para isso é preciso ter orçamento pra o que foi proposto. Enleçado
220 como prioridade os itens do PPA, lei do conselho e planos de trabalho.

Jamile

224 **AGENDA LIVRE:** Elloah comenta que causou estranheza um post na rede social, em que o CRAS II, estava
225 fazendo agendamento de consultas de higiene bucal na Unifacvest. Ela disse que não concorda e que acha
226 um absurdo mais um trabalho para o CRAS, pois sabe-se da dificuldade em ter equipes completas.
227 Bernadete disse que o curso da Unifacvest solicitou que os CRAS encaminhassem usuários. Elloah sinaliza
228 que não foi essa a informação do post. Bernadete disse que seria uma parceria, ficou estranha a redação.
229 Elloah sugere que a parceria não aconteça, pois acredita que esta demanda seja para a UBS articular. A



[Handwritten signature]



230 secretária executiva divulga a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional dia
231 21/08/2023, das 8 às 12h, no CCJ. Maria divulga sobre o Galetto da Irmandade, tendo ingressos disponíveis,
232 será no dia 30/08. Domingos comenta que a Cáritas iniciou o projeto com recursos do Fundo do Idoso,
233 são rodas de conversa e termina em dezembro e que Maria está à frente do projeto. Ela relata sobre a
234 boa impressão e ótima acolhida por parte dos CREAS, com os CRAS identificou-se que falta fluxo de quem
235 são as pessoas para participar e a busca ativa. Domingos disse que é um diagnóstico da realidade dos
236 idosos, os CRAS não percebem o que tem, fazem o que podem, mas isso gera angústia, pois muitos ainda
237 não acessam a rede. Maria complementa dizendo que já realizaram 2 rodas com os CREAS, a parceria foi
238 excelente e também com o programa Conviver. Que a ideia é serem parceiros da rede, para somar,
239 fortalecendo os espaço e ver as lacunas, houve por parte dos CRAS a reclamação de fazer a busca ativa. É
240 importante complementar o SCFV, é preciso pensar a frente a política pública, os equipamentos tem que
241 se preparar para acolher essa demanda, queremos ser parceiros das equipes. Claudia comenta sobre a
242 mudança de local da equipe de Inclusão Produtiva que estava na Praça do CEU e agora vão se instalar no
243 auditório na parte de baixo do imóvel do Conselho Tutelar, desta forma amplia espaço para o SCFV utilizar
244 a Praça do CEU.

245
246 Nada mais havendo a presidente Maria Aparecida da Fonseca encerrou a reunião, eu Ana Paula Battistella,
247 Secretária Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de
248 atas e a gravação da presente salva em arquivo.

249 *Luiz Felipe Roman, Bernado de Sp. Cavaliston*
250 *Charles Andrade Medeiros, João Sales Vieira, Saraullon, Daniela Angeli, Bruna Edine*
251 *Janeiroch / famile yaud, Jaizha Adriano de Jesus, Cleonice, Eliseo Cruz,*
252 *João dos Santos Domingos e Rodrigues*
253 *Rita de Lássia, Bani, Ralano D'Alva, Bercilli Cruz de Souza*

254
255
256
257
258
259
260
261
262

Maria Aparecida da Fonseca
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

